

## **Universidade para quem?**

### **A inserção do indígena na Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>**

Gabriela Veiga BEZERRA<sup>2</sup>

Davi KOTECK<sup>3</sup>

Dra. Janine Marques Passini LUCHT<sup>4</sup>

Escola Superior de Propaganda e Marketing - Sul, Porto Alegre, RS.

#### **RESUMO**

O documentário radiofônico possibilita uma abordagem muito mais aprofundada dos fatos que os boletins e reportagens. Nesse contexto, cabe ressaltar que “as imagens do rádio não estão limitadas ao tamanho de uma tela. Elas têm o tamanho que a mente do ouvinte deseja” (CHANTLER, 2006, p.10). Fica evidente, assim, o potencial do rádio na construção de narrativas jornalísticas. Considerando, pois, o aumento substancial de estudantes indígenas nas universidades públicas na última década, percebe-se o impacto das políticas afirmativas bem como a relevância da luta dos povos indígenas, que elencaram o ensino superior como um espaço político de afirmação. O presente trabalho buscou, portanto, em documentário de rádio, investigar a situação da educação indígena no ensino superior, referente ao contexto brasileiro e, especificamente, ao programa desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PALAVRAS-CHAVE:** radiojornalismo; indígena; universidade; cotas; educação.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 01 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do 4º semestre do curso de Jornalismo da ESPM-Sul e do 3º semestre do curso de Letras da UFRGS. E-mail: [bveigabriela@gmail.com](mailto:bveigabriela@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação. 3º semestre do curso de Jornalismo da ESPM-Sul. E-mail: [reporterdavikoteck@gmail.com](mailto:reporterdavikoteck@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Diretora do curso de Jornalismo da ESPM-Sul. E-mail: [janine@espm.br](mailto:janine@espm.br)

---

## INTRODUÇÃO

Desde sua criação, o rádio mantém o papel de transmitir cultura e informação acessível a um público diverso. Tal afirmação comprova-se no fato de o rádio ser uma das poucas plataformas gratuitas e de fácil acesso, uma vez que, independentemente do nível de escolaridade ou de poderio financeiro, a todos é disponível o acesso ao mesmo conteúdo. Por essa razão o rádio é capaz de alcançar diferentes grupos sociais em sua cobertura diária (VICENTE, 2002). Outro aspecto único a plataforma radiofônica diz respeito a simplicidade e rapidez de seu exercício. “Não há necessidade de câmeras, luzes ou assistentes de produção. [...] Qualquer um pode fazer uso do maior bem que o rádio proporciona: rapidez e simplicidade” (CHANTLER, 2006, p.10).

No caso de reportagens especiais e documentários, em que se possibilita um tempo maior de duração à narrativa radiofônica, é possível explorar ainda mais as características da plataforma em questão. Uma delas diz respeito à possibilidade de abordar diversos elementos dos formatos radiojornalísticos em uma única matéria. Por esse mesmo motivo Vicente (2002) caracteriza o documentário, no rádio, como formato híbrido. Segundo o autor, porque é possível incorporar elementos de praticamente todos os gêneros conhecidos, “pode incluir entrevistas, depoimentos pessoais, opiniões e dramatização de textos e acontecimentos” (VICENTE, 2002, p. 03). Enquanto a reportagem geralmente é construída a partir de um evento factual, o documentário radiofônico não necessariamente baseia-se na factualidade. “O documentário tem total autonomia em relação aos fatos porque ele se faz um evento de mídia” (JOSÉ, 2003, p. 7). O documentário, portanto, representa um formato que traz complexidade a reportagem, já que parte da generalidade para, então, transformá-la em tema. Dessa forma, a documentação da notícia é multiplicada no documentário radiofônico, porque não se resume aos questionamentos básicos da notícia, mas abrange diversos recortes do tema reportado.

## OBJETIVO

Este trabalho propôs-se a elaborar um documentário radiofônico, com duração de 15 minutos, capaz de contextualizar e atualizar os interlocutores dessa produção acerca da situação do ingresso indígena às universidades federais. No intuito de entender o contexto próximo geograficamente a seus ouvintes e proponentes, utilizou-se

o programa de ingresso especial indígena desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, como objeto de estudo. Portanto, nesse sentido, o documentário dispôs-se a descrever o contexto dos estudantes e tutores indígenas, bem como as ações aplicadas pela instituição abordada. Ao final, a pretensão é de entender para quem, de fato, é este espaço inicialmente destinado à população indígena brasileira.

## **JUSTIFICATIVA**

Contemplando suas características de simplicidade e rapidez, atualidade e acessibilidade os formatos radiofônicos apresentam-se como uma ferramenta importante e eficaz ao retratar assuntos poucos explorados, porém de substancial relevância social. Por conseguir alcançar um público mesmo em sua heterogeneidade, o rádio tem um importante papel na difusão de ideias pouco discutidas, bem como na promoção do diálogo necessários a população. Entendendo, assim, esses aspectos e a relação da construção de documentários radiofônico com os respectivos temas a seres abordados nessas narrativas, percebeu-se a possibilidade de produção do documentário *Universidade para quem? A inserção do indígena na Universidade Federal do Rio Grande do Sul*.

Segundo dados do IBGE, em parceria com a Funai, no censo demográfico de 2010, a população indígena no Brasil era de mais de 800 mil pessoas e cerca de 12,5% do território brasileiro era composto por terras indígenas. Hoje em dia, e inclusive na apuração do censo, considera-se índio, segundo a legislação do Brasil, qualquer pessoa reconhecida, autodeclarada ou residente de uma comunidade indígena. O próprio termo Comunidade Indígena refere-se a todo grupo que mantém laços histórico-culturais anteriores a criação do Estado Brasileiro. Foi apenas em 1988 que o direito de permanecer índio, mantendo sua própria língua, cultura e tradição, foi assegurado no Brasil, em constituição. Anteriormente, os povos indígenas não tinham direito a educação e cidadania em suas próprias cultura e sua extinção, com o passar do tempo, era considerada inevitável.

Um dos avanços assegurados pelas leis brasileiras, após o reconhecimento e identificação dos povos indígenas no Brasil, refere-se a educação básica e o ensino fundamental. Atualmente, a legislação brasileira determina que o Ensino Fundamental em Língua Portuguesa é garantido às comunidades indígenas, bem como a utilização de

suas próprias línguas maternas e processos de aprendizagem. Dessa maneira, a escola se tornou um dos principais veículos de assimilação e integração da cultura indígena, porque esse reconhecimento torna-a um instrumento que contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos. Tal afirmação justifica-se, também, no fato de que, em 1991, quando o IBGE passou a incluir os indígenas no censo demográfico populacional, o número de brasileiros que se considerava indígena cresceu cerca de 150%. Mesmo assim, hoje, a Funai registra cerca de 70 grupos que ainda estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto aos órgãos federais.

Nas universidades federais, a reserva de vagas é uma política de ações afirmativas, ou seja, de medidas especiais para combater desigualdades históricas, com propósitos compensatórios, como é o caso da população indígena - abordada anteriormente. O termo Ação Afirmativa refere-se ao conjunto de políticas públicas aplicado para a proteção de minorias e grupos discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, a universidades e a posições de liderança (segundo descrito no portal do CAF - Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFRGS). Hoje, no Brasil, a reserva de vagas é uma determinação federal pela lei 12.711/12 de 29 de agosto de 2012, que visa aumentar o acesso às instituições federais de ensino superior. Essa Lei determina que, a partir de 2016, 50% das vagas sejam reservadas a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas - este que ficou conhecido como sistema "cotas". Dessa forma, apesar do que é estabelecido em lei, os processos de ingresso para a reserva de vagas ficam à cargo das universidades. Por conseguinte, não há um sistema padrão em todo país assim como é possível observar, em muitos casos, as reservas de vaga como uma realidade anterior ao estabelecimento da lei em questão.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a política de reserva de vagas foi estabelecida em 2008 com o denominado *Programa de Ações Afirmativas UFRGS*. O primeiro processo de democratização de acesso da UFRGS contou com a matrícula de 522 alunos por reserva de vagas, sendo 88 autodeclarados negros, 434 egressos do ensino público e 9 alunos indígenas. Considerando o total de mais de 30 mil indígenas no Rio Grande do Sul e as diferenças entre as socioculturais de compartilharia a mesma sala de aula, seguindo o propósito das leis e políticas afirmativas mencionadas anteriormente, questiona-se até que ponto o número de vagas ofertadas pela universidade é suficiente para suprir as reivindicações dos povos requerentes das vagas

bem como de que maneira tem se dado as a manutenção não apenas do ingresso específico, mas a permanência dos entrante indígenas no ensino superior. Sendo assim, a realização do documentário em voga faz-se na tentativa de responder esses questionamentos, entender o contexto dessas transformações e, também, fomentar e fundamentar discussões sobre o tema em pauta.

## **MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS**

Em primeiro momento, dedicou-se exclusivamente aos processos de produção e planejamento do documentário. Nesse ponto, dedicou-se às técnicas de pré-produção; as primeiras pesquisas acerca do tema a ser reportado foram realizadas. Os proponentes do documentário dedicaram-se, também, a leitura de artigos, pesquisas e conteúdos já divulgados na mídia que discutiam o tema a ser abordado. Segundo Chantler (2006), esse é um processo essencial no planejamento e desenvolvimento de matérias, já que "é de vital importância ser senhor das situações e sair ao enalço dos acontecimentos a partir de contatos pinçados 'em matérias anteriores' "(CHANTLER, 2006, p. 41).

Logo após, iniciou-se o processo de identificação das potenciais fontes a serem entrevistadas. Feita a apuração em artigos, livros e mecanismos de pesquisa, iniciou-se a procura às pessoas que poderiam contribuir com as investigações as quais o documentário se propunha. Nesse ponto, foi de extrema importância revisar os contatos já conhecidos pelos repórteres previamente - como sugere Chantler (2006) -, entrevistá-los e, também, por meio deles encontrar indicações de outras possíveis fontes para prosseguir com o desenvolvimento do documentário. Nesse momento inicial de pesquisa com as fontes buscou-se, principalmente, por professores da instituição utilizada como objeto de estudo e pesquisadores da área abordada, assim como ativistas da causa indígena. Então, buscou-se os cases. Por indicações pessoais das fontes já entrevistadas e pesquisas nos dados disponibilizados pela UFRGS na internet, foi possível chegar aos estudantes indígenas que, durante o período de produção do documentário, estavam devidamente matriculados na universidade. Nesse mesmo contexto, também se contou com a contribuição de entidades da Universidade que coordenam e apoiam os ingressantes indígenas UFRGS.

Então, em um segundo momento, iniciou-se o processo de estruturação e montagem do documentário. Como aponta José (2003), gravadas as sonoras, a produção

assume o papel de decupar e editar o material conforme a sintaxe determinada para o documentário. Encaminhou-se, nessa parte do processo, para construção do roteiro do documentário radiofônico, previamente estruturado enquanto se dava o momento de apuração. Na decupagem do material recolhido, transcreveu-se todas as entrevistas realizadas e, pensando a sintaxe de abordagem da matéria, iniciou-se a montagem da cronologia e dos recortes a serem utilizados. Mesclou-se aos depoimentos, as pesquisas feitas inicialmente e as descobertas no período de investigação para a construção dos *offs*, que compuseram, junto às sonoras selecionadas, o corpo da narrativa. Ao iniciar a construção do texto, levou-se em consideração os elementos linguísticos que caracterizam o texto radiofônico - tais como a simplicidade, a concisão, e, sobretudo a clareza, que inclui métodos como utilização da ordem direta preferencialmente, palavras do cotidiano, frases curtas que expressem, quando possível, um pensamento por sentença. Da mesma forma como explica Chantler (2006) “Um texto bem escrito fala por si mesmo(...). Lembre-se que você está escrevendo um texto para ser ouvido e não para ser lido” (CHANTLER, 2006, p.47).

A partir deste momento, pensou-se em elementos da sonoplastia que poderiam compor o campo semântico da história a ser reportada, como defende José (2007) ao descrever a paisagem sonora como parte da linguagem radiofônica. A trilha sonora foi selecionada levando em consideração a representatividade indígena, tema que é constantemente abordado na narrativa. As músicas *Eju Orendive* e *Koangagua*, do conjunto de rap guarani *Bro Mc's*, retratam o cotidiano de integrantes de diversas tribos indígenas no Brasil. O primeiro recorte utilizado como trilha - trecho da primeira música citada - foi utilizado para abertura do documentário como um elemento de contato, ou seja, como recurso para atrair e ambientar a audiência acerca do que seria apresentado. Já o recorte de *Koangagua* - segunda música citada - foi escolhido para a finalização do documentário, considerando a forte expressão transmitida pela letra, métrica e harmonia da música, porque fala diretamente sobre o assunto tratado na narrativa, nesse caso, a luta por determinados espaços sociais da comunidade indígena (JOSÉ, 2007).

Por fim, com o roteiro finalizado, texto revisado, sonoras e locução gravadas, quesitos técnicos estabelecidos; iniciou-se o processo de edição. Nessa parte, foram utilizados os programas *Sound Forge*, para o recorte e tratamento das sonoras, e *Adobe Audition* para a montagem do documentário, tratamento final de áudio e inclusão das

trilhas. O processo de edição no *Audition* foi dividido entre encaixar sonoras de entrevistados com locuções que introduziram as mesmas e reparar aspectos técnicos como transições, redução de ruído e controle de volume. Antes disso, a decupagem e os recortes feitos no programa *Sound Forge* facilitaram o processo de edição final, pois trata-se de um programa mais básico, que, apesar de não possuir tantos recursos, permite uma experiência mais ágil no processo de audição e recorte de áudio.

## **DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO**

O documentário de rádio *Universidade para quem? A inserção do indígena na Universidade Federal do Rio Grande do Sul* foi desenvolvido para a disciplina Produção e Edição de Rádio II, no segundo semestre de 2016. Os realizadores deste projeto fizeram-no durante seu terceiro semestre letivo na faculdade de Jornalismo da ESPM-Sul. O produto radiofônico resultante desta tem a duração de 15 minutos e 21 segundos, propondo-se a reportar, em formato de documentário jornalístico, o espaço da educação indígena no ensino superior, considerando o contexto brasileiro e, especificamente, a política afirmativa desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, desde 2008.

O tema em questão foi escolhido levando em consideração a situação dos indígenas que, por meio do acesso especial, conquistaram espaço dentro da Universidade. Revisando o contexto histórico, sociocultural e legislativo do Brasil é possível notar uma série de aspectos que ameaçam a afirmação do povo indígena como tal. Como já abordado anteriormente, é nesse cenário de novas conquistas no âmbito legislativo e social que se questiona sobre a efetividade do que é proposto em lei e do que se conhece pelo senso comum. É no objetivo de reportar a realidade de ambos os questionamentos apresentado acima que o documentário em voga foi pensado e realizado.

No contexto da universidade abordada na matéria, há aspectos no processo de determinação do acesso especial indígena na instituição que essenciais para a compreensão do contexto retratado no documentário. O processo de democratização do acesso a UFRGS, que teve seu início no primeiro semestre de 2008, contou, até então, com a matrícula de 522 alunos por reservas de vagas, sendo desses 88 autodeclarados negros, 434 egressos do ensino público e nove estudantes indígenas. A implantação do formato que se tem hoje na universidade em questão é discutida desde o ano de 2005,

quando houve uma mobilização de discentes, docentes e dos próprios movimentos sociais - principalmente negros e indígenas - determinante para a implantação do sistema de cotas raciais. Em 2006, em acordo com esses movimentos se iniciou oficialmente o debate e seguinte processo de implementação da política de ações afirmativas em curso atualmente. Aprovada, então, em 2007, pelo Conselho Universitário, a proposta do ingresso por reserva de vagas se mantém e é discutida até hoje.

Dessa forma o produto jornalístico apresentado por este está estruturado em quatro blocos distintos que compõem a semântica e a sintaxe da narrativa. Inicialmente, há um momento de apresentação e contextualização, por parte dos autores, acerca do assunto a ser abordado. Neste ponto, que é introduzido por trilha, predomina a locução. Então, o segundo momento trata-se de um processo mais aprofundamento. Portanto, as primeiras sonoras apresentadas bem como o conteúdo dos *offs* procuram situar o leitor no cenário reportado e tratar de aspectos institucionais. Nesse momento, por conseguinte, são apresentados aos ouvintes informações acerca da história e da resultante situação do povo indígena em relação a universidade em questão. Concomitantemente, as sonoras selecionadas para esse ponto da narrativa são de fontes ligadas diretamente à instituição, predominando, portanto, uma visão mais externa a situação dos estudantes indígenas propriamente dita. Em um terceiro momento, a narrativa passa a dar destaque especificamente aos *cases*, ou seja, aos personagens que protagonizam o contexto reportado no documentário. Nesse ponto, as sonoras predominam frente a fala dos locutores, pois este é o período em que as fontes contam suas experiências e impressões próprias acerca do que é pautado pelo documentário. Por fim, após os relatos dos estudantes entrevistados, os locutores apresentam reflexões sobre o assunto reportado a fim de concluir algumas proposições iniciais da produção e compor a semântica da narrativa. Este momento é seguido por uma trilha que encerra o documentário. Logo adiante, a locução anuncia os créditos do material apresentado.

Para a realização da narrativa descrita anteriormente, além das fontes de pesquisa teóricas, já citadas neste documento, entrevistou-se uma série de fontes, essenciais para a construção deste todo. Essas foram Denise Jardim, responsável pela Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFRGS; Ana Liberato, professora e pesquisadora na UFRGS que já foi tutora de alunos indígenas; Michele Doebber, pesquisadora membro da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações

Afirmativas da UFRGS; Angélica Ninhpryg Kaingang, indígena, graduanda do curso de Serviço Social pela UFRGS; Marcos Kaingang, estudante indígena do quinto semestre da faculdade de Direito da UFRGS e Irandir Kaingang, indígena, estudante do segundo semestre do curso Educação Física da UFRGS. As trilhas utilizadas no início e fim do documentário foram trechos retirados, respectivamente, das músicas *Eju Orendive* e *Koangagua*, ambas do grupo indígena de rap *Bro Mc's*. O documentário radiofônico aqui discutido foi produzido e editado pelos autores deste, bem como a locução foi realizada pelos mesmo. Os quesitos técnicos de sonoplastia foram conduzidos por Martin Manzur e a orientação foi da professora Dra. Janine Lucht.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferente do que se poderia imaginar primordialmente, a simplicidade do rádio, como abordado anteriormente, não desqualifica as suas narrativas, pelo contrário, o fato de o som ser o principal recurso radiofônico potencializa a sua capacidade enquanto plataforma jornalística. “O som de uma voz pode transportar o ouvinte para muito além daquilo que está sendo dito. E isso porque a maneira como algo é dito algumas vezes é muito mais importante do que aquilo que foi dito” (CHANTLER, 2006, p.10). Nesse contexto, cabe ressaltar que os processos de uma narrativa sonora são capazes de criar imagens ao espectador que partem do seu emocional, “tal como a enternecida voz de uma mãe implorando por informações sobre sua filha adolescente desaparecida” (CHANTLER, 2006, p.10). A grande vantagem, portanto, da produção de documentários nessa plataforma é ter a oportunidade de dar espaço a criatividade e explorar, da melhor maneira possível, as propriedades da mesma, uma vez que “o documentário deve ter forma própria e uma história para contar” (CHANTLER, 2006, p. 203).

Em suma, toda a experiência dos processos descritos por meio deste conduz à percepção de dois aspectos principais. O primeiro deles diz respeito a potencialidade de uma narrativa radiofônica de profundidade. Ultrapassando as impressões iniciais acerca do rádio - em sua maioria provenientes do senso comum -, a experiência de produção da matéria em evidência neste texto demonstrou a força de uma plataforma ainda indispensável, atual e explorável, mesmo com o passar do tempo. O segundo ponto está diretamente relacionado ao tema reportado. A impressão acerca dos assuntos abordados, ao apreciar o produto final deste trabalho, ilustra a relevância de pautas que retratam

aspectos socioculturais da sociedade. Os questionamentos apontados no início desta produção não foram totalmente solucionados, mas discutir e pensá-los já é uma forma de se aproximar de uma possível solução a nível prático.

## BIBLIOGRAFIA

Chantler, P. **Fundamentos do Radiojornalismo**. São Paulo: Rocca, 2006.

**Fundação Nacional do Índio**, Governo Federal. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/>> Acesso em 30 de novembro de 2016.

**Indicadores Sociais**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 30 de novembro de 2016.

José, C. L. **História oral e documentário radiofônico**: distinções e convergências. *XXVI Congresso anual de em Ciência da Comunicação*, Minas Gerais, set. 2003.

José, C. L. **Paisagem Sonora**: o som nas ondas do rádio. *Revista de Comunicação Cultura e Teoria da Mídia*, São Paulo, mar. 2007.

**Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**, Presidência da República. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)> Acesso em 30 de novembro de 2016.

**O Brasil Indígena**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>> Acesso em 30 de novembro de 2016.

**Portal das Ações Afirmativas**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas>> Acesso em 30 de novembro de 2016.

Vicente, E. **Gêneros e formatos radiofônicos**. São Paulo: Núcleo de Comunicação e Educação USP, 2002.